



RELAMI
Rede Ecumênica
Latino-Americana de Missiolog@s

CIMI 30 ANOS – CONTEXTO, ORIGEM, INSPIRAÇÃO¹

"É bom que tenhais participado na minha festa. Assim deve ser, pois os nossos antepassados disseram: 'A vossa vida é fraca e vós não podeis ser fortificados a não ser pelo conselho dos bravos'. Vocês aconselharam-me... Isso para mim é vida".

(M. Mauss, *Ensaio sobre a dádiva*, p. 192).

I.

No oitavo ano da ditadura militar no Brasil, cinco anos depois da extinção do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) por corrupção, sadismo e massacres de tribos inteiras a dinamite, metralhadoras e açúcar misturado com arsênio branco, quatro anos depois de Medellín e do Ato Institucional n. 5, três anos depois de Neil Armstrong pisar no solo da Lua, no terceiro ano do terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, no período mais repressivo da história do Brasil, e um ano depois das denúncias do "espírito faraônico das missões", pelos antropólogos de Barbados I, na véspera da denúncia de uma "Biafra brasileira" no Vale do Guaporé, onde toda a população nambiquara menor de 15 anos morreu de sarampo,

naquele ano de 1972

- quando os Estados Unidos retiram as suas tropas do Vietnam,
- quando o presidente Sadat, do Egito, ordenou a saída imediata de todos os conselheiros e técnicos militares soviéticos de seu país,
- quando em Estocolmo se realiza a Primeira Conferência do Meio Ambiente,
- quando o conflito do Oriente Médio alcança os Jogos Olímpicos, em Munique, onde oito palestinos fazem 11 reféns entre os integrantes da comitiva de Israel, exigindo a libertação de 200 Feddayns, presos em Telaviv (11 reféns e cinco palestinos mortos),

naquele ano de 1972

- quando a Doutrina da Segurança Nacional dos Estados Unidos criou uma insegurança total na América Latina,
- quando se inicia no Brasil a construção da usina nuclear Angra I,
- quando a Transamazônica (BR 230) que vai destruir 29 territórios indígenas, é inaugurada e celebrada como símbolo do desenvolvimento (investimento de 500 milhões de dólares emprestados!) e do "milagre brasileiro" (27.8.),
- quando Emerson Fittipaldi é o campeão mundial da Fórmula 1, e o Palmeiras campeão brasileiro de futebol,

naquele ano de 1972

- quando o governo brasileiro criou a Telebrás, lembrando o Patrono das Comunicações no Brasil, o Marechal Rondon, fundador do Serviço de Proteção aos Índios (SPI),
- quando a TV brasileira passa a transmitir suas imagens censuradas em cores,
- quando, oficialmente, morreram 38 jovens brasileiros, barbaramente torturados nos porões da ditadura,

¹ Palestra proferida no dia 12 de dezembro 2002, por ocasião do Congresso "Cimi - 30 anos".

- quando o Exército Brasileiro chega à região do Araguaia (PA) para combater supostos guerrilheiros (12.4.),
- um dia depois de chegarem os restos mortais de Dom Pedro I ao Brasil,

naquele ano de 1972

um pequeno grupo de 25 missionários e missionárias, convocados pelo secretário geral da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, se reúne em Brasília para discutir o projeto de Lei n. 2328 que tramitava na Câmara e dispunha sobre o Estatuto do Índio.

Este grupo se constituiu em "Conselho", oficiosamente ligado à CNBB, "com o fim de ser centro coordenador das atividades dos missionários que labutam entre os índios (sempre muito pretensioso e patético, este Cimi!). Será finalidade deste Conselho:

- promover a pastoral missionária,
- dar assistência jurídica aos missionários,
- promover sua formação teológica e antropológica,
- criar o espírito missionário na população brasileira,
- promover o relacionamento com a CNBB, com os órgãos governamentais, mormente com a Funai, e dos missionários entre si (...)."

Assim reza a primeira ata, escrita a 23 de abril de 1972, por D. Geraldo de Proença Sigaud, então bispo de Diamantina (MG), e assinada por outros 25 participantes, entre eles os bispos Ivo Lorscheiter, Henrique Froehlich, Luís Gomes de Arruda, Eurico Krätler, Pedro Casaldáliga, Tomás Balduino, Estevão Cardoso de Avelar, e os missionários Tomás de Aquino e Sílvia Wewering. Foi o nascimento do Cimi, dez anos depois do início do Vaticano II, e quatro anos depois de Medellín.

II.

Os 30 anos do Cimi devem ser vistos no contexto de uma constelação de vários jubileus: 500 anos de conquista, 40 anos do início do Concílio Vaticano II e quase 35 anos de Medellín. Perguntado sobre o significado do Concílio, João XXIII abriu, num gesto simbólico, as janelas do seu quarto. Os padres conciliares entenderam este gesto e rejeitaram, logo no início do Concílio, todos os esquemas preparados pela Cúria Romana. A coragem dos bispos resgatou a coragem espiritual que fervilhava no interior do povo de Deus; a coragem do movimento litúrgico e do movimento dos padres operários, a opção pelos pobres de um Abbé Pierre (hoje com 90 anos!), fundador do movimento dos maltrapilhos-construtores de Emmaús; resgatou a opção pelos operários de um José Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica, em 1925, com seu método da "revisão de vida" (ver, julgar, agir), e a opção pelos outros, de um Charles de Foucauld (1858-1916). O Vaticano II autorizou e estimulou um novo olhar sobre a história, o mundo moderno e a realidade social.

A partir deste olhar aberto para a realidade, a atividade missionária tomou novos rumos no interior de uma Igreja que se tornou cada vez mais Igreja *local* e *mundial*. A pastoral indigenista do Cimi se apropriou destes eixos da *localidade* e da *mundialidade*, através dos paradigmas da *inculturação* e da *libertação*. O novo olhar sobre a realidade fez o Cimi procurar, contar e reunir os sobreviventes de uma guerra prolongada de extermínio, de 500 anos. Identificou forças pro-índio e forças anti-índigenas no Brasil e na América Latina. O paradigma da *inculturação* gerou uma nova presença nas aldeias que permitiu valorizar a realidade histórica. A partir de uma nova ética profissional, @s missionári@s começaram a aprender línguas indígenas e compreender as diferenças culturais, não na perspectiva pós-moderna, fechada em colméias, mas com seus desdobramentos em articulações específicas no campo de pastoral, saúde e educação.

O paradigma da *libertação* deu à questão indígena os contornos de uma "causa", cujos horizontes são universais e, portanto, partilhados com outras causas. Desde seu começo, o Cimi costurou alianças, com outros setores da sociedade brasileira, que soube distinguir de parcerias vinculadas a interesses oportunistas. Impulsionou articulações latino-americanas e teceu uma rede de solidariedade internacional.

A inserção da Igreja do Vaticano II no mundo moderno colocou o Cimi frente à questão da *subjetividade*. Quem é esta Igreja que se definiu "povo de Deus"? Qual é a relação

entre destinatários e sujeitos da missão? Pode-se ainda manter essa distinção entre objeto (destinatário) e sujeito (missionário) da atividade missionária?

Seguindo a opção pelos pobres, de Medellín (1968) e Puebla (1979), o Cimi delineou, em suas prioridades pastorais, a opção pelos povos indígenas através do paradigma da *autodeterminação* ou, mais tarde, pelo *protagonismo* dos povos indígenas. Mais de uma década antes da Constituição de 1988, o Cimi refutou o "regime de tutela" ao qual o Estado brasileiro submeteu os povos indígenas, denunciou a hegemonia dos impérios e o paternalismo das elites.

Durante a ditadura militar, o Cimi foi considerado um refúgio de resistência. Os seus amigos o apontaram como a "voz dos sem voz". Muito cedo, porém, os missionários do Cimi aprenderam a não confundir a sua própria voz profética em defesa dos povos indígenas (veja, por exemplo, os documentos *Y-Juca-Pirama*, de 1973, os Documentos Finais das Assembléias, o *Porantim*), com a voz dos povos indígenas. Estes encontraram em suas Assembléias – a primeira realizada em Diamantino/MT, em 1974 – um instrumento coletivo para a denúncia de sua situação colonial e a articulação de seu projeto. Sempre, quando a política indigenista oficial deu novos sinais de continuísmo colonial, o Cimi convocou uma Assembléia dos povos indígenas. Assim aconteceu frente ao projeto da "emancipação", em 1976, da "estadualização", em 1980, na preparação da Constituinte e no debate dos "outros 500".

No interior das Igrejas, o protagonismo dos povos indígenas até hoje não é pacífico. Forjou um debate em torno do "povo de Deus indígena", da possibilidade e configuração de uma "Igreja indígena" e "Teologia Índia". "Porque", alguém perguntou, "os índios estão se apropriando de uma arma tão perigosa, como a teologia?" Mas, o que não é perigoso para os povos indígenas na convivência com a sociedade nacional? A democracia de Brasília é perigosa. O exercício de um mandato político é perigoso. Um cargo na Funai é perigoso. Também a ordenação sacerdotal de um índio e a canonização de outro, na Igreja Católica, podem ser perigosas. Os jovens militantes se perguntam: "Devemos atravessar 'o sistema' ou combatê-lo de fora?" Tudo que o Estado e a Igreja oferecem aos povos indígenas pode se tornar um instrumento de cooptação e uma brecha de libertação. Certamente, a teologia pode ser uma plataforma de afirmação étnica no interior das igrejas. Ela é relevante sob o aspecto da inculturação e do diálogo inter-religioso porque rompe com modelos importados de assimilação. A bandeira do protagonismo dos povos indígenas é o protesto contra qualquer tentativa de terceirização do seu projeto. É óbvio que a sua prática religiosa e reflexão teológica não podem ser simplesmente assumidas ou copiadas a partir da experiência histórica de outros povos.

A proximidade aos povos indígenas (inculturação), a universalidade de sua causa (libertação) e seu protagonismo como sujeitos históricos (subjetividade) – eis o tripé que permanece o fundamento da pastoral do Cimi. Estes três eixos da nova prática missionária colocaram o Cimi, permanentemente, em zonas de conflito. É o conflito no "mundo dos privilegiados" pela distribuição da terra, do capital e das oportunidades, no mundo da monocultura e dos predadores do meio-ambiente, no mundo da voz hegemônica do anti-projeto e do pós-tudo". Neste mundo, a flexibilização total – ascender uma vela para Deus e outra para o diabo – se torna o fundamento de uma nova moral ou, melhor, de uma amoral de ação.

A inculturação que por um momento encontrou uma grande receptividade eclesial, hoje, começa a ceder território ao paradigma da transculturalidade sem fundamento evangélico e sem compromisso com o respectivo povo. Assistimos, nos últimos anos, um grande esforço para desmontar o significado do paradigma da libertação e enterrá-lo na vala comum da geração pós68, do tempo pós89 (queda do muro de Berlim) e pós-utópico. Emergiu uma parceria entre pré- e pós-modernos. Os adeptos do fundamentalismo pré-moderno dispensam o outro para seu auto-conhecimento, aprisionam a missão em suas obras e reduzem o projeto missionário à "salvação de almas". A indiferença pós-moderna substitui o "projeto" por sua representação e encenação (show e marketing!). Diante o abraço entre o fundamentalismo pré-moderno e a indiferença pós-moderna, o Cimi, com sua fé na causa dos povos indígenas, com sua visão da história e da realidade e com seu horizonte evangélico, semeou vento e colheu tempestades – 30 anos.

III.

Luta e luto. Assassinatos, CPI's, cobranças, por vezes ingênuas, por vezes justas, no interior das Igrejas, denúncias maliciosas pelos representantes políticos do latifúndio. Estivemos presentes no enterro de Simão Bororo e Rudolfo Lunkenbein, primeiros Conselheiros do Cimi, que cumpriram sua Missão martirizados, lutando pela terra, defendendo a vida (15.7.1976). Acompanhamos Marçal Tupã'i Guarani, neste encontro histórico com o Papa João Paulo II, em Manaus (1980), e choramos, três anos mais tarde, seu assassinato (25.11.1983) na sua aldeia de Campestre (MS). Testemunhamos e lutamos, nos Tribunais de Justiça, para que a voz dos nossos companheiros tombados, indígenas e missionários não-indígenas, não fosse calada. Encontramos os restos mortais de Vicente Cañas, missionário junto aos Enawenê-Nawê (MT), um mês depois de ter sido barbaramente assassinado por madeireiros (6.4.1987). Estivemos, naquela madrugada fria no Hospital Regional da Asa Norte, de Brasília, com Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe, índio queimado vivo numa parada de ônibus (20.4.1997). Acompanhamos os rituais de sepultamento de Chicão Xucuru, na aldeia Pedra D'Água (PE), assassinado por causa de sua luta pela recuperação da terra do seu povo (20.5.1098).

Mas, os ossos ressequidos dos oprimidos se revestem, novamente, com carne. Os povos indígenas preparam suas naus em Porto Seguro e Porto Alegre para sair em alto mar. As delegações indígenas que vêm ao Congresso dos 30 anos do Cimi, não vêm, como os magos do Oriente, ao presépio. Estão de passagem por nossa festa. Nos fazem lembrar que a missão a partir das "fortificações" e das "fortalezas" acabou. Nos advertem para a difícil passagem do *ter* para o *ser*. Não *temos* mais missões, mas somos missionári@s que, nestes 30 anos, abriram janelas, derrubaram muros, mexeram com a cerca do latifúndio. Nossa bagagem tornou-se mais leve. A hora é favorável para sair novamente em alto mar e para acompanhar os povos indígenas na travessia.

Depois de 20 anos de convivência das Irmãzinhas de Jesus de Charles de Foucauld com o povo Tapirapé, no rio Araguaia, no oitavo ano da ditadura militar no Brasil, cinco anos depois da extinção do SPI por corrupção, sadismo e massacres a dinamite e metralhadoras, quatro anos depois de Medellín, na véspera da denúncia de uma "Biafra brasileira" no Vale do Guaporé dos Nambiquara, no terceiro ano do terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, no período mais repressivo da história do Brasil,

naquele ano de 1972

25 missionárias e missionários se reuniram em Brasília, seguidos por uma multidão de testemunhas "da grande aflição" (cf. Apc 7,14). Não participaram da corrida aos diplomas, nem acumularam títulos para sustentar sua auto-estima ou ter êxito social. Fizeram de sua vida uma marcha de solidariedade. Lançaram sementes de esperança e forjaram a possibilidade de vida nova pelas demarcações de territórios e a abertura de horizontes.

E nós, "doces bárbaros" que tantas vezes derrubamos o império, orgulhosamente, podemos dizer que participamos desta marcha. Assistimos o ressurgimento de muitos povos dos seus esconderijos no campo e na cidade. Pularam das molduras de quadros exóticos e das vitrinas do museu ao centro da história onde desafiaram e desafiam a civilização do desperdício e da desigualdade que esgota o planeta, as pessoas e o sentido da vida.

Desafiaram, como a própria modernidade, nossos conceitos obsoletos de evangelização. Não há uma reconciliação *light* e *fast*, como Santo Domingo e Porto Seguro procuraram ensaiar. Como o evolucionismo pósDarwin, a física quântica e a nova cosmologia, os povos indígenas esvaziaram nossas antigas metáforas, como "céu", "inferno", "pecado original" e nossa própria "imagem de Deus". A convivência com os índios nos fez repensar conceitos, categorias e métodos. Através da nossa convivência e na nossa relação evangelizadora com os povos indígenas percebemos que tudo é e será diferente: O valor das coisas, do tempo, do espaço e o sentido da vida. Muitas vezes sentimos, no meio dos povos indígenas, a presença de Deus e a verdade profética da palavra de S. Paulo (cf. Is. 52,15): "Vê-lo-ão aqueles a quem não foi anunciado, e conhecê-lo-ão aqueles que dele não ouviram falar" (Ro 15,21). Ao defender os projetos históricos dos

povos indígenas, redescobrimos o Deus da Bíblia, que faz Aliança com os pobres; o Deus, cuja justiça favorece as vítimas; o Deus do despojamento e da gratuidade, da proximidade e da libertação. No mundo de hoje não basta ser "crente". Precisamos ser acreditáveis! Ao fazer o sonho do Reino, historicamente, relevante para a causa dos povos indígenas, o Cimi contextualizou o Vaticano II e contribuiu para a credibilidade da Igreja no Brasil e no mundo.

Paulo Suess
(30.12.2002)